





Presidente da AMAPAR afirma convicção em uma excelente gestão da nova cúpula diretiva do TJPR

AMAPAR renova relações com o novo governo do Paraná

Conheça a nova APAC em funcionamento no Estado do Paraná

Juiz paranaense é premiado em evento nacional



O governador do estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior, recebeu na sexta-feira (25/1), o presidente da AMAPAR, juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto e integrantes da diretoria da Associação. Na visita de cortesia, que teve por objetivo renovar as relações com o novo governo, foram discutidos temas de relevância para a magistratura paranaense. Na ocasião, o presidente Geraldo Dutra entregou ao governador as novas edições das revistas Toga e Literatura e revista Judiciária do Paraná.

Também participaram do proveitoso encontro, o vice-presidente da Associação, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura; o juiz Frederico Mendes Júnior, diretor executivo da presidência da AMAPAR e coordenador da Justiça Estadual da AMB; o juiz Márcio José Tokars, 1º secretário da AMAPAR; a desembargadora do TJPR, Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes; o deputado estadual e chefe da Casa Civil, Luiz Augusto Silva e o secretário do Desenvolvimento Urbano (SEDU), João Carlos Ortega.

O presidente Geraldo Dutra afirmou que a reunião foi muito produtiva e, dentre as questões tratadas na ocasião, ele destacou temas de extrema importância para a magistratura nacional, como a segurança pública e a previdência. "Conversamos sobre o sistema penitenciário, a situação do sistema carcerário no Paraná e falamos sobre

qual é a contribuição que o Poder Judiciário pode ter nessas questões de segurança pública, no Paraná e no país".

De acordo com o juiz Frederico Mendes Júnior, a ideia é que a magistratura colabore na construção de projetos e soluções no que concerne à execução penal, tema com o qual o governador demonstrou uma preocupação muito grande. Também foi discutido, na oportunidade, as demandas que envolvem a saúde pública, "nessa área há muitas decisões judiciais que as vezes acabam interferindo e modificando as políticas públicas inicialmente previstas pelos governos", afirmou Frederico e destacou que a intenção é a criação de grupos de trabalho com magistrados, para ajudar, no que for possível, na administração do estado. "Ficamos muito satisfeitos com essa ideia do governo de trazer a magistratura para discutir esses assuntos mais importantes do estado e poder participar dessa busca de soluções", concluiu.

Além disso, o juiz Frederico salientou que o Estado do Paraná se encontra em uma posição econômica financeira privilegiada, em relação a maior parte dos estados da federação. Trazendo completude a essa economia equilibrada, essas relações institucionais republicanas são, de acordo com o magistrado: "fundamentais na resolução de problemas e boas para a população, para o estado e para o Judiciário".

Diretoria
da AMAPAR
prestigia
posse dos
deputados
na ALEP

O presidente da AMAPAR, juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto e integrantes da diretoria da Associação, na sexta-feira (1º/2), prestigiaram a posse dos 54 deputados estaduais eleitos em outubro, realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, que marca o início da 19ª Legislatura da história paranaense (01/02/2019 - 31/01/2023).

Com a finalidade de renovar o diálogo com os representantes do Legislativo e parabenizar os deputados eleitos, estiveram presentes na cerimônia o juiz Márcio José Tokars, 1º secretário da AMAPAR; o desembargador Ramon de Medeiros Nogueira, diretor cultural da entidade; o diretor de Relações políticas da Associação, juiz Anderson Ricardo Fogaça, além do desembargador Celso Jair Mainardi. A comitiva da Associação foi cordialmente recebida pelo Presidente da ALEP, deputado Ademar Traiano e pelos deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi.



Em discurso durante a posse, presidente da AMAPAR deposita confiança na nova cúpula diretiva

Na aguardada e mais do que concorrida posse da nova cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná, no dia 1º de fevereiro, coube ao presidente da AMAPAR, Geraldo Dutra de Andrade Neto discursar em nome da magistratura paranaense. Para as autoridades presentes e uma plateia que lotou as dependências do auditório do anexo, Geraldo Dutra iniciou a sua fala ao cumprimentar a todos e afirmar que falava para agradecer, parabenizar e renovar esperanças.

O magistrado não esqueceu de mencionar os feitos e ações desempenhadas pela cúpula responsável por comandar o TJPR durante os anos de 2017 e 2018, com menção especial e apoio ao desembargador Renato Bettega. "O Presidente Renato Braga Bettega, que fez muito pela magistratura paranaense, sempre demonstrou ser uma pessoa sensível ao tempo e às dificuldades que passamos e fez de tudo para melhorar as condições dos magistrados do Paraná", destacou, ao também demonstrar gratidão aos demais membros da gestão. "Quero expressar aqui, em nome da magistratura do Paraná, a nossa gratidão pelo árduo trabalho que todos desenvolveram", ressaltou.

Ao direcionar as palavras à nova cúpula, o presidente da AMAPAR parabenizou os desembargadores por aceitarem o "grande desafio", como mencionou. Ao desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, que assume como presidente, Geraldo Dutra de Andrade Neto se referiu como excepcional juiz e administrador. "Temos convicção de que, à frente do nosso Tribunal, fará uma administração que marcará a nossa história. Foi meu professor na Escola da Magistratura do Paraná e foi quem, em nome da AMAPAR, entregou a toga aos juízes da minha turma. É uma grande felicidade poder hoje saudar Vossa Excelência agora em sua qualidade de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Paraná", destacou.

Também direcionou o discurso ao desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, empossado como 10 vice-presidente da Corte. "Durante os anos em que



Presidente da AMAPAR, deu provas irrefutáveis de sua capacidade para lutar pelos direitos e prerrogativas da magistratura e pensar um judiciário melhor. Certo é que, agora no Tribunal, realizará um notável trabalho nas suas funções". Ao desembargador José Laurindo de Souza Netto, novo 20 vice-presidente, Geraldo Dutra lembrou do profícuo trabalho, durante três anos, na EMAP. "Na qual realizou um trabalho memorável e da mesma forma, pela competência que tem, será a sua atuação nessa nova jornada que hoje ele inicia", disse. Quando fez referências ao desembargador José Augusto Gomes Aniceto, novo corregedor-geral da Justiça, destacou a experiência do magistrado. "Certamente marcará sua gestão na Corregedoria e será um apoio a todos os magistrados do nosso Estado para que possamos sempre alcançar os melhores resultados em benefício do jurisdicionado". Também falou da reputação do corregedor que ora assume, o desembargador Luiz Cezar Nicolau. "Com a reputação consolidada de magistrado exemplar, sereno e que, certamente, atuará de forma impecável em suas novas funções", disse.

paranaense também disse que ainda existem muitos desafios, como equacionar soluções consensuais em relação à resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça. "Os magistrados do Paraná, que estão entre os mais produtivos do país, necessitam de adequados recursos humanos para desenvolverem suas atividades com ainda mais qualidade e celeridade", lembrou, sem esquecer dos magistrados aposentados e pensionistas, para que sejam direcionadas medidas administrativas que protejam e garantam o recebimento dos seus proventos com celeridade e segurança. "A AMAPAR renova as esperanças de que o diálogo constante com o Tribunal, como tem ocorrido, continuará sempre a gerar os melhores resultados para a magistratura paranaense e para o jurisdicionado", finalizou.



Direitos Humanos e APAC

A APAC é uma entidade dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Este método de recuperação de presos começou em Minas Gerais e se estendeu para todo o país, apresentando excelentes resultados. O objetivo é gerar a humanização das prisões, sem deixar de lado a finalidade punitiva da pena. O método APAC é o único que cumpre, rigorosamente, com todos os tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário.

APAC de Ivaiporã inicia suas atividades

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Ivaiporã iniciou suas atividades no início deste mês de fevereiro. A juíza da Vara Criminal da comarca, Adriana Marques dos Santos, explica que, por ora, a APAC está funcionando somente com o regime fechado, com vagas para 42 recuperandos, sendo que destas 15 já foram ocupadas. A Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão coordenador e fiscalizador das APACs, está realizando o treinamento dos funcionários e dos reeducandos da nova Associação de Ivaiporã.

Sobre os objetivos da APAC na comarca, a magistrada Adriana destaca: "A principal motivação foi a superlotação carcerária da cadeia pública de Ivaiporã, as condições desumanas daquele local, além da reincidência dos presos da comarca". O método APAC apresenta baixos custos e alta ressocialização. No sistema convencional cada preso custa quatro salários mínimos mensais ao Estado e o índice de ressocialização é de cerca de 14%. Já no método APAC o custo cai para um salário mínimo e o índice de ressocialização sobe para 91%.

A juíza Adriana conta que, anos atrás, ao ouvir falar da APAC de Barracão, coordenada pela juíza Branca Bernardi, precursora do método no Paraná, teve a ideia da implantação de uma unidade da APAC em Ivaiporã. Na época, devido a grande demanda de processos e ao acúmulo de funções, não foi possível dar início ao trabalho. Porém, em junho de 2016, procurada pelo juiz do Trabalho de Ivaiporã, Cícero Ciro Simonini Júnior, eles decidiram pela união de esforços em prol da criação da nova APAC.

O processo envolveu diversas tratativas com a comunidade, em seus vários segmentos, "houve ótima aceitação e todos colaboraram de forma valorosa, alguns com trabalho voluntário e outros com recursos", frisou Adriana e explicou ainda que o município cedeu o imóvel e foi utilizada a mão de obra de alguns presos para a reforma. A magistrada comenta que a expectativa é de estar em breve com as 42 vagas preenchidas e, até o ano que vem, o regime semiaberto estar também em funcionamento. "Espero que a APAC gere frutos e que a reincidência venha a zerar, com a recuperação e reintegração total dos apenados desta comarca", concluiu.



Com aprovações unânimes de todos os itens da pauta, a AMAPAR fez na sexta-feira (25/1) a assembleia geral ordinária na sede administrativa da entidade. Coube ao presidente, Geraldo Dutra de Andrade Neto, conduzir os itens elencados à apreciação. A reunião também marcou, simbolicamente no plano administrativo, um ano de atuação da atual diretoria — que assumiu os trabalhos no dia 26 de janeiro de 2018.

Como primeiro ponto, os associados aprovaram o balanço financeiro referente ao ano de 2018, na AMAPAR e EMAP. Segundo Geraldo Dutra, uma das principais preocupações da diretoria e do conselho fiscal está no gasto ordinário, anual, das diversas sedes da entidade que estão espalhadas pelo estado, que geram despesas decorrentes de eventuais reparos, impostos e também com pessoal. "Nossas sedes consomem muito dos nossos recursos. A boa notícia é que a locação do imóvel do Pilarzinho [Casa do Magistrado] reduziu os gastos e passará a gerar renda com os aluguéis", explicou.

Presente à reunião, a magistrada Jéssica Valéria Catabriga Guarnier, que atua no conselho fiscal da AMAPAR, afirmou que o resultado financeiro é positivo. "Estamos discutindo desde janeiro do ano passado a questão das sedes, que é a nossa grande preocupação. Temos que discutir em assembleia o que fazer com as sedes, pois as despesas são muito altas. Mas o resultado financeiro é plenamente aceitável e o parecer do conselho fiscal é pela aprovação das contas", comentou. Também na pauta administrativa, aprovadas as alienações de terrenos

em Londrina e na Barra do Saí (Guaratuba), além da devolução de terreno de Icaraíma.

REQUERIMENTOS Ao explicar a motivação de todos os requerimentos apresentados ao longo do ano de 2018, o presidente Geraldo Dutra deu uma mostra de como a AMAPAR trabalhou com afinco no plano político, mesmo com todos os obstáculos enfrentados, como afirmou. "Foi um ano muito bom, conseguimos vitórias significativas para a magistratura mesmo com todos os problemas que os senhores acompanharam. Foi uma atividade muito intensa no plano político para conseguir-mos as conquistas", relacionou, ao citar a participação coletiva da magistratura paranaense, na capital e interior. Uma grande conquista recai ao pagamento, para magistrados formadores, do exercício da atividade de docência nos cursos de formação da EMAP, no convênio estabelecido entre AMAPAR e TJ.

PRERROGATIVAS O presidente Geraldo Dutra também trouxe ao conhecimento dos associados o intenso trabalho da comissão de prerrogativas da AMAPAR, com reflexos jurídicos na defesa dos associados. A entidade esteve presente em questões de desagravo além do intenso trabalho desempenhado pelo escritório de advocacia na defesa jurídica da atuação da magistratura, em processos de natureza cível, criminal e administrativa.

No final da assembleia foram comentadas questões relativas aos direitos dos aposentados, como a vinculação de alguns magistrados jubilados, ainda, à Paranaprevidência, que, segundo o presidente Geraldo Dutra, demandará estudo e possível requerimento.



Juiz Rodrigo Rodrigues Dias recebe prêmio na nona edição do **Conciliar é Legal**

A magistratura paranaense novamente teve um merecido destaque no cenário nacional. O juiz Rodrigo Rodrigues Dias, que atua na Vara da Infância e Juventude de Toledo, foi premiado na nona edição do Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O magistrado recebeu em Brasília, na terça-feira (5/2), das mãos do conselheiro Márcio Schiefler Fontes, a premiação na categoria Instrutores de Mediação e Conciliação, pelo trabalho realizado por meio do projeto "Oficina de Resumo e Pauta".

A Oficina, de acordo com o juiz, foi concebida dentro da perspectiva de formação continuada dos mediadores e conciliadores judiciais, que atuam no CEJUSC de Toledo. "A ideia é trabalhar, com maior atenção, foco e profundidade, uma fase específica do procedimento estruturado autocompositivo, qual seja o Resumo e a Pauta, em relação à qual os profissionais mediadores e conciliadores, na praxe cotidiana, têm demonstrado maior dificuldade", explicou Rodrigues.

Na mediação, o Resumo e a Pauta ocorrem na fase de identificação de questões, interesses e sentimento. O "Manual de Mediação Judicial", do CNJ, pontua que o mediador após a exposição realizada pelos mediandos, com base em suas perspectivas do conflito, fará um resumo do conflito utilizando uma linguagem positiva e neutra. O juiz premiado destaca que essa tarefa não é simples. "O resumo exige do mediador atenção e perspicácia na compreensão rápida das questões envolvidas e, não bastasse, capacidade de dar às versões oferecidas, um contorno único".

Agradecido pelo reconhecimento ao trabalho realizado na Oficina, Rodrigues ressaltou ainda que a premiação também projeta o Tribunal de Justiça do Paraná no cenário nacional, indicando uma das várias práticas na área de autocomposição que existem no Estado. Sobre a importância do tema, o magistrado frisa que com a mediação, conciliação e práticas restaurativas são devolvidas às pessoas a possibilidade de resolver por si seus conflitos e respeitadas suas autonomias. "Assim, apoiamos, por meio da facilitação do diálogo, o exercício da alteridade, permitindo que as pessoas encontrem soluções efetivas e específicas para suas demandas, responsabilizando-se, realmente, pelo desfecho", concluiu.

Conciliar é Legal O prêmio Conciliar é Legal foi criado pelo CNJ em 2010 e visa identificar, premiar e dar destaque às práticas que buscam a solução de litígios por decisão consensual das partes, em ações que contribuem para a pacificação de conflitos no âmbito da Justiça brasileira.

CONFECÇÃO DE OFÍCIOS Conforme Código de Normas da CGJ

- AVALIAÇÃO SEM ÔNUS AO PROCESSO
- REMOÇÃO E ARMAZENAGEM DE BENS MÓVEIS
 - LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

Conforme Res. 236 do CNJ

- PUBLICAÇÃO DE EDITAL
- RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS EM PÁTIOS
 - AMPLA DIVULGAÇÃO

Atendimento a:

Varas Criminais, Cíveis, de Fazenda Pública, Vara de Família e Sucessões, Militar, Juizados Especiais e da Infância e Juventude.



helcio@kronberg.com.br (41) 99886-1400 Rua Padre Anchieta 2540 | Sala 401 | 4º andar Champagnat Office | Curitiba | PR Tel (41) 3233-1077

www.hkleiloes.com.br

projudi: hk.per | cpf 085187848-24 | Matricula Jucepar 653 | e-proc: perpr 085187

EXPEDIENTE

Presidente Geraldo Dutra de Andrade Neto

Editora-chefe Jéssica Camille Alves Mariano

Projeto gráfico Bruna Zonatto Marques

Jéssica Camille Alves Mariano

Romulo Cardoso Reportagem

Talita Marchiori

Para indicação de pautas e outras sugestões, entrar em contato pelo e-mail imprensa2@amapar.com.br ou telefone (41) 3017-1638

WWW.AMAPAR.COM.BR

REMETENTE

PARA USO DOS CORREIOS



Rua Alberto Folloni, 541 AMAPAR - 3° andar CEP 80540-000 Juvevê - Curitiba/PR